

Intervenção na cerimónia de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2011: “Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974”

Miguel Cardina



Foi com imensa alegria que recebi a informação, há algumas semanas, da atribuição do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea a *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Este é um dos mais antigos e prestigiados prémios concedidos em Portugal na área das ciências sociais e basta consultar a lista de vencedores ao longo destes vinte anos para aí reconhecermos nomes e trabalhos hoje de inegável importância no campo da História Contemporânea portuguesa. O meu primeiro agradecimento vai, por isso, para o Conselho Cultural da Universidade do Minho, que afincadamente tem sabido manter esta iniciativa, que constitui sem dúvida um importante estímulo para a afirmação continuada da História Contemporânea tal como vai sendo produzida pelas novas gerações.

Este estudo consistiu inicialmente numa tese apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor. Compete-me desde logo agradecer ao professor Doutor Rui Bebiano, orientador científico do projecto e que sempre acompanhou o seu desenvolvimento de forma próxima e crítica. Cabe-me também agradecer aos restantes membros do júri das provas, professores Doutores Fernando Rosas, José Manuel Lopes Cordeiro, Amadeu Carvalho Homem e Paula Godinho, que souberam transformar aquele momento académico numa sessão de efectivo debate. Muitas das sugestões aí efectuadas foram integradas numa versão posterior do trabalho, que corresponde já à versão submetida ao prémio. Gostaria igualmente de agradecer ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ao Centro de Documentação 25 de Abril, instituições onde desenvolvi muito do trabalho de investigação e de escrita que dá corpo a este estudo.

Como todas as investigações, também esta tem uma história interna e um percurso prévio. Em Novembro de 2005 defendi a minha dissertação de mestrado sobre a politização dos movimentos estudantis em Coimbra no declínio do Estado Novo e apercebi-me então que, logo após a crise académica de 1969, era possível reconhecer um outro período crítico. Se a “crise de 69” havia dado origem a formas de protesto muito participadas, onde a tónica política se colocava na democratização do ensino e da sociedade, o período seguinte fora marcado por lógicas de protesto mais fragmentadas, pelo despontar de novas bandeiras de luta mais contundentes e pela afirmação de uma cultura de empenhamento político que se mostrava bastante afastada dos modelos mais tradicionais de sociabilidade estudantil. Essa ambiência rebelde – naturalmente permeável ao eco das contestações juvenis que iam ocorrendo um pouco por todo o mundo – impulsionava e ao mesmo tempo era alimentada por um complexo radical nem sempre orgânico mas profundamente ideologizado. Ao compreender então que o maoísmo constituía um dos mais activos e mais diversificados eixos desse radicalismo, decidi dedicar-lhe uma investigação de maior fôlego.

Esta é, de certo modo, a pré-história deste estudo que examina o modo como o universo maoísta se materializou em Portugal, quer em termos organizativos, quer ao nível da construção de um dado imaginário político. Dividido em duas

partes, a primeira concentra-se na análise detalhada dos diferentes grupos maoistas – ou “marxistas-leninistas”, como mais vulgarmente se autodesignavam – existentes no país entre 1964 e 1974. Cada capítulo debruça-se sobre cada uma das organizações, destacando a sua génese, configuração programática e radicação social e política. Na medida em que a história do maoísmo português estava praticamente por fazer, esta parte adquiriu necessariamente uma componente amiúde descritiva, mas que me pareceu fundamental para contrariar alguns lugares-comuns que frequentemente surgem sobre este tempo e este activismo específico, bem como para suportar uma análise de cariz mais interpretativo que empreendo na segunda parte.

O nascimento da corrente “marxista-leninista” não pode ser desligado da definição de um campo ideológico pró-chinês que mundialmente se edificou através da concordância com a linha de demarcação delineada por Mao Tsé-Tung relativamente aos soviéticos. Se o ano de 1956 – com a denúncia dos crimes de Estaline no decorrer do XX Congresso do PCUS – assinala o momento inicial da “degeneração” denunciada pelo PC chinês, os anos seguintes vieram aprofundar e tornar irreversível o processo de afastamento. Em cada país, os emergentes comités m-l procuraram em regra verificar de que forma esse processo se plasmava no respectivo partido comunista, afirmando ao mesmo tempo uma linha política alternativa derivada da crítica chinesa à “co-existência pacífica”.

Em Portugal, Francisco Martins Rodrigues, antigo membro do Comité Central e da Comissão Executiva do PCP, foi o condutor fundamental dessa demarcação, que se iria materializar organizativamente na constituição da Frente de Acção Popular (FAP) e no Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). Sintetizada no documento *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, e posteriormente na série de artigos publicados no jornal clandestino *Revolução Popular*, a crítica de Martins Rodrigues desdobrava-se em três tópicos. O primeiro dizia respeito à via para o levantamento nacional e à questão da luta armada, que se considerava necessário preparar, nomeadamente após o agitado biénio de 1961-62 e o início das guerras coloniais em África. O segundo referia-se ao estabelecimento de uma linha que se afastasse da política de unidade nacional antifascista, assente numa “aliança de classes” e na tese da “revolução democrática e nacional”. Na leitura de Martins Rodrigues, este laço

de fundo com sectores da burguesia liberal e democrática era capitulacionista pois escamoteava a importância do combate ao capitalismo e ao colonialismo em detrimento da construção de uma frente anti-salazarista que, em última análise, englobaria exploradores e explorados, colonialistas e anticolonialistas, burguesia e proletariado. O último dos tópicos ocupava-se de questões internacionais, defendendo uma linha para o movimento comunista internacional sintonizada com a crítica ao “revisonismo” e ao “imperialismo”, numa referência óbvia ao diferendo sino-soviético.

Não obstante a vida breve da FAP e do CMLP, fortemente atingidos pela PIDE em 1965 e 1966, o legado teórico elaborado nesta primeira fase do maoismo português não deixou de se reflectir na configuração programática das organizações que despontaram no momento seguinte. Caracterizadas por um crescente cisionismo, elas revelaram traços distintos a partir de 1970, sobretudo com a irrupção de grupos como o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) e *O Grito do Povo*, transformado em OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa) após a fusão com os núcleos *O Comunista*, actuates sobretudo na emigração europeia. Apostadas na afirmação de uma “linha de massas”, estas organizações desenvolveram um activismo aguerrido, particularmente enraizado nos meios juvenis e estudantis, mas que logrou igualmente assomar a alguns terrenos populares e operários.

De facto, o campo estudantil teve um papel destacado na fermentação da ecologia radical m-l. Foi nas universidades e nos liceus que muitos activistas tomaram contacto com o rudimentos ideológicos do comunismo, ao mesmo tempo que desenvolveram competências ligadas à organização e à argumentação política e teceram solidariedades prolongadas. Aliás, pude beneficiar no decorrer deste trabalho de algumas dessas malhas de conhecimentos e amizades, que faziam com que cada entrevista, contacto ou conversa se prolongasse numa outra entrevista, num outro encontro, num outro depoimento, que desocultava vivências com cerca de quatro décadas.

Apesar da importância do ambiente estudantil na emergência do campo maoista em Portugal, procurei igualmente dar conta do desenvolvimento de dinâmicas militantes que extravasaram claramente os terrenos limítrofes das escolas. Exemplo disso foi a presença do MRPP, desde a sua fundação em 1970, na margem norte de Lisboa, sobretudo na zona de Vila Franca de Xira

e de Alverca; a radicação de *O Grito do Povo* em zonas populares na área do Porto e o seu aparecimento noutros territórios nos quais fez trabalho de “implantação” (fenómeno ao qual dediquei um capítulo específico); a acção de grupos como a URML (Unidade Revolucionária Marxista-Leninista) ou os CCR (m-l) (Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas) na margem sul; a direcção do Sindicato dos Químicos por parte de militantes afectos ao CRML (Comité Revolucionário Marxista-Leninista); a influência de grupos como o PCP (m-l) (Partido Comunista de Portugal marxista-leninista) e *O Comunista* junto de sectores populares emigrados, sobretudo em França. Para se compreender esta influência crescente, é importante ter em conta o influxo de momentos como as “eleições” de 69 ou de opções de fundo como a vontade de eleger a guerra colonial como o principal eixo de contestação, ao qual aparecia frequentemente associado um discurso legitimador da deserção.

Mais do que uma declaração genérica de pacifismo, a deserção aparecia como uma recusa moral em engrossar o lado colonialista do combate. Tenham ou não sido tentados pela sombra da luta armada, os grupos maoistas portugueses foram sem dúvida marcados por um desejo de ruptura no qual a presença das armas era observada como um elemento necessário para o derrube da ditadura e para a instauração de uma sociedade sem classes. A isto não é alheio, naturalmente, a difusão de um imaginário de teor terceiro-mundista, confiante na capacidade emancipatória das populações colonizadas, e que se alimentou de elementos diversos, que iam desde os ensinamentos de Mao aos exemplos de combate abnegado e sem tréguas como os protagonizados por Guevara ou Ho-Chi-Minh. Se Cuba e o Vietname não configuravam no presente o mundo por vir – papel reservado à Albânia e, sobretudo, à China – as coordenadas éticas e políticas do radicalismo alimentaram-se fortemente da simpatia perante estes fenómenos. Absorvida pela esquerda radical, da qual o maoismo foi um dos frutos mais evidentes, esta sedução pela imagem do povo colonizado em revolta inseria-se no que Michael Löwy e Robert Sayre classificaram como “romantismo revolucionário”, ou seja, o repúdio pelos valores sociais e culturais da moderna civilização capitalista em nome de sonhos de futuro libertadores e igualitários.

Constituem eixos principais da segunda parte deste trabalho: 1. a imaginação de lugares-outro; 2. a visão do papel dos operários e dos camponeses nos

processos de transformação social; 3. as diferentes dinâmicas de construção das subjectividades militantes; 4. a imbricação entre política e práticas artísticas e culturais neste campo ideológico; 5. o posicionamento perante a guerra colonial; 6. O activismo político no exílio; 7. as temáticas da tortura, do porte e do conflito político na prisão. Esta segunda parte ancora-se no conceito de “imaginário”, entendido – na esteira de autores como Cornelius Castoriadis, Michel Maffesoli ou Bronislaw Baczko – como magma dinâmico de significados que, simultaneamente, resulta do agir humano e o impulsiona. Através da documentação escrita, mas sobretudo por intermédio do testemunho oral, foi possível perceber como a adesão a um ideário político, os modelos de militância adoptados ou os comportamentos em contexto de tortura e prisão, por exemplo, não foram independentes de motivos sociais, económicos e políticos, mas também não foram alheios às dinâmicas interaccionais que se estabeleceram no interior dos grupos, às convicções partilhadas pelos sujeitos e às circunstâncias e percursos de cada indivíduo.

O número significativo de organizações e a pluralidade de modos de pensar, sentir e agir que enformaram esta galáxia ideológica, faz com que se tenha de enfrentar a questão da unidade ou diversidade deste terreno, tema ao qual dediquei uma parte significativa da conclusão. De facto, os próprios termos “marxista-leninistas” (ou “m-l”) e “maoista”, utilizados por vezes como sinónimos, podem referir-se a momentos ou mesmo linhagens distintas do movimento. Com efeito, se a primeira fase do maoísmo – historicamente coincidente em Portugal com a experiência da FAP e do CMLP – foi autocaracterizada como “marxista-leninista”, a partir de 1970 começaram a aparecer as expressões “marxismo-leninismo-maoísmo”, “maoísmo” ou “pensamento Mao Tsé Tung”. Não tendo sido o único, o MRPP foi o grupo que mais se distinguiu na utilização de “maoísmo” como rótulo caracterizador. Ambas pró-chinesas, as duas linhagens evocavam duas Chinas diferentes: a China do conflito sino-soviético, no primeiro caso; a China da Revolução Cultural, no segundo caso.

Uma linha divisória também pode ser traçada entre os grupos que consideravam que o PCP havia sofrido um processo de degenerescência, pelo que se tratava de “reconstruir o Partido”, e o MRPP, que a partir de 1972 é claro na sua afirmação de que nunca existira em Portugal um partido verdadeiramente comunista. Um outro traçado possível consiste em dividir o movimento entre uma vertente

mais “burocrática” e outra mais “espontaneísta”. A primeira colocava o acento tónico na organização, nos cuidados conspirativos e na formação política dos “revolucionários profissionais”, enquanto a segunda, muito notória no MRPP e na OCMLP, acentuava a ideia de “construção do partido na luta”. Uma outra distinção ainda seria realizável entre um maoísmo que, na ânsia de identificação com “as massas”, observava com reverência uma mais ou menos imaginada “moral proletária”, de traços conservadores, e um maoísmo mais alinhado com o carácter filoliberal da época. Neste caso, o que vale para os colectivos vale também para os indivíduos: no âmbito das mesmas organizações ou no corpo dos mesmos sujeitos, o imaginário de rebelião como festa debateu-se muitas vezes com o puritanismo e o refreamento do quotidiano em nome da abnegação política; a busca de linguagens estéticas fora do neo-realismo conviveu com o entendimento da arte como elemento imediato da luta de classes; a defesa de práticas mais informais e participadas de decisão política chocou com o dirigismo e o controlo organizativo.

Uma última palavra para as fontes e a metodologia. Utilizei três grandes conjuntos de fontes ao longo deste trabalho: documentação oriunda das organizações e publicações da época, maioritariamente consultadas no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, mas também na Biblioteca-Museu República e Resistência, na Hemeroteca Municipal de Coimbra e no Arquivo da Fundação Mário Soares; processos oriundos do arquivo da PIDE/DGS, depositado na Torre do Tombo; e, por fim, entrevistas e depoimentos de antigos activistas.

Recolhi, no total, oitenta e cinco testemunhos que assumem ao longo do estudo um papel bem maior do que a simples corroboração da informação escrita previamente acessível. Tenho a plena consciência de que não só não conseguiria traçar um retrato do imaginário da extrema-esquerda maoísta sem recorrer a eles, como a própria análise da génese e do desenvolvimento de cada organização ficaria seriamente comprometida se se confinasse exclusivamente às fontes da época procedentes dos grupos ou da polícia política. Cada uma delas tem, à sua medida, lacunas comprometedoras para o conhecimento histórico, resultantes do seu contexto de produção e da intencionalidade que buscavam. A incorporação de um terceiro núcleo de fontes – as fontes orais, com limites hermenêuticos próprios, de que se procura dar conta ao longo do

trabalho, mas também com inegáveis potencialidades para uma investigação deste género – obrigou-me a contactar com aqueles e aquelas que foram sujeitos desta história e que comigo acederam a partilhá-la.

Não pretendendo este estudo resultar numa composição de várias biografias de activismos, espero no entanto ter feito uma história na qual figuram os vincos ideológicos, as lideranças e as elucubrações teóricas, tal como figuram os corpos, os sentimentos e as convicções. Consta que o poeta espanhol José Bergamín disse um dia: “se eu fosse um objecto, era objectivo; como sou um sujeito, sou subjectivo”. Entendo que uma das grandes tarefas do empreendimento historiográfico consiste precisamente em resolver este dilema: produzir uma narrativa que busque a objectividade sem ao mesmo tempo cair na tentação de reduzir os sujeitos a objectos, os actores a figurantes, o plural ao indistinto.